

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.500 - AL (2019/0135731-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVANTE : ALAGOAS PREVIDÊNCIA
PROCURADOR : MÁRIO HENRIQUE MENEZES CALHEIROS E OUTRO(S)
AGRAVADO : FELIPE HENRIQUE MONTEIRO OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
INTERES. : AL PREVIDENCIA
ADVOGADO : RENATA OLIVEIRA ARAÚJO E OUTRO(S) - AL009722

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. EXTENSÃO. UNIVERSITÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo ESTADO DE ALAGOAS em face de decisão do Tribunal de Justiça daquele Estado, que negou admissibilidade ao especial sob a compreensão de que o acórdão atacado está em consonância com a orientação desta Corte Superior, a qual é no sentido de que ao menor sob guarda deve ser assegurado o benefício previdenciário de pensão por morte.

Sustenta a parte agravante que deve ser conhecido o recurso especial, porque "o recorrido não mais se encontra sob a guarda da segurada falecida, uma vez que já alcançou a maioria, motivo pelo qual a extensão da qualidade de dependente para além da maioria civil dependeria necessariamente de expressa previsão legal na lei previdenciária estadual de regência".

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, não é possível extensão de pensão até 24 anos de idade ao estudante universitário quando não houver previsão normativa para tanto. Cito, grifo:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR DE 21 ANOS. UNIVERSITÁRIO. PRORROGAÇÃO DA PENSÃO ATÉ OS 24 ANOS DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A pretensão recursal não encontra amparo na jurisprudência do STJ, segundo a qual não há possibilidade de extensão do benefício previdenciário de pensão por morte até os 24 anos de idade, ainda que o requerente esteja cursando ensino superior, por ausência de previsão

legal. 2. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1691014/MA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 26/03/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PENSÃO POR MORTE. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ 24 ANOS DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na Constituição Federal, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional, porquanto seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional. 2. Ademais, o STJ entende que, havendo lei que estabelece que a pensão por morte é devida ao filho inválido ou até que complete 21 (vinte e um) anos de idade, impossível estendê-la até aos 24 (vinte e quatro) anos quando o beneficiário for estudante universitário, tendo em vista a inexistência de previsão legal. 3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1762070/PA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 16/11/2018)

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. FILHO NÃO INVÁLIDO. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR. ATINGIMENTO DA LIMITAÇÃO ETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. O Tribunal de origem, no enfrentamento da matéria, concluiu inexistir previsão legal para a extensão do pagamento da pensão por morte do genitor, além dos 25 (vinte e cinco) anos, por estar o beneficiário cursando ensino superior, porquanto não cabe ao magistrado legislar positivamente. 2. Não há falar em deferimento do pedido de prorrogação da pensão, porquanto o art. 222, I, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso é expresso no sentido de que a percepção da pensão temporária por morte é devida ao "filho ou filha menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, físico ou mental, ou que ainda esteja cursando o ensino superior, até a idade de 25 (vinte e cinco) anos". De fato, como bem apontou a Corte de origem, descabe ao magistrado legislar, não podendo ele criar novas hipóteses de concessão de benefício não previstas em lei. 3. Na mesma linha de raciocínio, asseverou, também, o Ministério Público Federal, cujo parecer é adotado nestes autos como razões complementares de decidir. Vejamos (fls. 350-351, e-STJ): "(...) O recorrente bem que se esforça, mas não consegue demonstrar qual seria a inconstitucionalidade da norma concebida com o propósito de garantir os direitos fundamentais por ele invocados. Aliás, a prorrogação da pensão do filho adulto e capaz, até o limite de 25 anos de idade, prestigia o direito fundamental da educação; não o contrário. De resto, o reconhecimento tardio da filiação poder ter implicações de ordem do direito de família, como eventual crédito de alimentos de parentes. Não vai ao ponto, contudo, de prorrogar a vigência da pensão, já deferida aos universitários de modo mais generoso do que os estudantes comuns". 4. Inexistindo manifesta ilegalidade no ato impugnado pelo writ, o que também afasta o cabimento da pretensão

mandamental, não merece reparo a decisão recorrida. 5. Recurso Ordinário não provido. (RMS 56.980/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 21/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EXTENSÃO DA PENSÃO POR MORTE ATÉ 24 ANOS. EQUIPARAÇÃO COM BENEFÍCIO CONCEDIDO A DEPENDENTE DE SERVIDOR MILITAR. SÚMULA 356/STF. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Inviável a análise de afronta a dispositivos da Constituição Federal em recurso especial, por se tratar de apelo voltado à validade e inteireza do direito federal infraconstitucional. 2. Os dispositivos legais tidos por malferidos e a tese a eles vinculada, relativa ao pedido de equiparação de benefício concedido a filho de servidor militar, não foram alvo de manifestação no aresto impugnado, nem sequer implicitamente, e o recorrente não opôs embargos de declaração para suprir a eventual omissão. Incide no caso a Súmula 356/STF. 3. O entendimento da Corte de origem está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal segundo a qual inexistente previsão legal para a extensão da pensão requerida até 24 anos de idade ainda que o dependente seja estudante universitário. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 805.749/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator